GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDURB

CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES – CONCIDADES/ES

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual das Cidades – ConCidades/ES

Aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, realizou-se, de forma híbrida, a terceira Reunião Ordinária do Conselho Estadual das Cidades do Estado do Espírito Santo – ConCidades/ES, na Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB, localizada à Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, Ed. Ames, 20º Andar, Centro, Vitória/ES, sob a condução do **Vice-Presidente Ivan Lázaro de Oliveira Rocha**, com a presença das(os) conselheiras(os) **Mariana Paim Rodrigues (IJSN); Elionice Ferreira Fagundes (SEDH); Renato Pazito Silva (SEDH); José Eduardo de Souza Oliveira (SEMOBI); Bruno Roberto de Carvalho Gomes (AMUNES); Luiz Gonzaga Pimentel Fraga Júnior (AMUNES); Jardel Silva dos Santos (Cidade Para Todos); Liza Andréa dos Santos Silveira (Instituto Ubuntu); Peterson da Silva Esteves (Instituto Liber); Sônia Glaci Mareth (UNMP/ES); Myrion Syrrah Fachetti (ADEMI-ES); Marcia Waleria Bertaso (ADEMI-ES); Francisco Hermes Lopes (ASSEDIC); Clébio Marques Brambati (FETAES); Fábio Giori Smarçaro (SINDAEMA); Ivan Lázaro de Oliveira Rocha (CAU/ES); Valneide Nascimento dos Santos (Afro Origem); e Moshe Dayan Rosa (Afro Origem – Convidado)**, além do Secretário-Geral do Conselho, **Marlos Régis de Araujo Lopes (SEDURB)**. Constatado o quórum regimental, foram iniciados os trabalhos. Aberta a reunião, o Vice-Presidente em exercício **Ivan Rocha** cumprimentou as(os) participantes e apresentou orientações quanto à condução dos trabalhos, especialmente em razão do período de defeso eleitoral em vigor nos órgãos do Poder Público Estadual. Na oportunidade, solicitou que fossem evitadas manifestações de natureza político-eleitoral durante a reunião, de modo a preservar a natureza institucional dos trabalhos do Conselho e evitar eventual repercussão sobre candidaturas ou agentes públicos mencionados durante os debates. As(os) conselheiras(os) foram, portanto, orientados a observar a legislação eleitoral vigente durante as manifestações. Na sequência, foi submetida à apreciação do Plenário a Ata da segunda Reunião Ordinária do ConCidades/ES, realizada em vinte e dois de junho de dois mil e vinte e seis. O Secretário-Geral informou que o documento havia sido previamente disponibilizado aos conselheiros para análise e apresentação de eventuais contribuições até o dia primeiro de julho de dois mil e vinte e seis, não tendo sido recebidas manifestações no prazo estabelecido. Diante disso, a Ata foi submetida à aprovação por aclamação, não havendo manifestação contrária, sendo **aprovada por aclamação pelo Plenário**. Registrou-se, ainda, que a Ata da segunda Reunião Ordinária seria disponibilizada para assinatura dos conselheiros por meio da plataforma utilizada pelo Conselho para tramitação e assinatura de documentos (E-Docs).

2026-K37F7S - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 10:21 PÁGINA 1 / 9

Em seguida, passou-se ao segundo ponto da reunião, referente à apresentação de um panorama da política urbana no Estado do Espírito Santo. A apresentação foi realizada pela Conselheira **Mariana Paim Rodrigues**, arquiteta e urbanista, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes e Coordenadora de Estudos Territoriais do Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN. Inicialmente, Mariana Paim apresentou o conceito de **urbanização extensiva**, destacando que o fenômeno urbano ultrapassa os limites formais dos perímetros urbanos estabelecidos pela legislação municipal. Na sequência, realizou breve resgate histórico da política urbana brasileira, abordando as lutas pela reforma urbana nas décadas de 1960 e 1970, a incorporação dos artigos 182 e 183 à Constituição Federal de 1988 e a instituição do Estatuto da Cidade, destacando os princípios relacionados ao direito à cidade, à função social da cidade e à função social da propriedade. A palestrante destacou que um dos principais desafios da política urbana brasileira não reside necessariamente na ausência de legislação, mas na dificuldade de implementação das normas e políticas existentes, especialmente nos municípios de menor porte, que apresentam capacidades administrativa, financeira e técnica significativamente distintas daquelas encontradas nos grandes centros urbanos para os quais parte importante da legislação urbanística foi originalmente concebida. Nesse contexto, abordou as características do federalismo brasileiro, composto pelas três esferas de governo – União, Estados e Municípios –, ressaltando que grande parte da implementação concreta das políticas urbanas ocorre nos 5.568 municípios brasileiros, que apresentam diferentes níveis de capacidade institucional. Em relação ao Espírito Santo, foram apresentados dados do Censo 2022 relacionados à distribuição da população no território estadual, destacando-se a concentração populacional no litoral e na Região Metropolitana da Grande Vitória, que reúne mais da metade da população do Estado. Também foram apresentados mapas referentes aos domicílios ocupados, vagos e de uso ocasional, evidenciando a expansão das segundas residências, especialmente na região serrana central, e seus possíveis impactos sobre o mercado imobiliário e o acesso à moradia. **Mariana Paim** destacou, como exemplo, a situação do município de Domingos Martins, onde a valorização imobiliária decorrente do turismo e da demanda por imóveis destinados à segunda residência tem dificultado o acesso à moradia por parte da população trabalhadora local, fenômeno que teria sido intensificado após a pandemia de Covid-19. Também abordou o crescimento da atividade imobiliária nos municípios de Aracruz e Linhares, associado à expansão de investimentos em logística, infraestrutura portuária e instalação de novas unidades industriais. Outro aspecto apresentado foi a proliferação de loteamentos irregulares em áreas rurais, incluindo os chamados “chacreamentos” e condomínios rurais, que, apesar de localizados

2026-K37F7S - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 10:21 PÁGINA 2 / 9

formalmente em áreas rurais, geram demandas por infraestrutura e serviços urbanos, especialmente abastecimento de água e esgotamento sanitário, podendo produzir impactos sobre as bacias hidrográficas e sobre a capacidade de atendimento dos municípios. No campo habitacional, foram apresentados dados do déficit habitacional calculados pelo IJSN a partir do Cadastro Único – CadÚnico. Segundo os dados apresentados, de um universo de 665.488 famílias inscritas no cadastro, 137.612 encontram-se em situação de déficit habitacional, sendo 127.783 relacionadas ao componente de ônus excessivo com aluguel. Na sequência, Mariana Paim apresentou o **Painel de Gestão Municipal do Espírito Santo**, desenvolvido pelo IJSN, que reúne informações relativas à existência de planos, conselhos e fundos municipais em áreas como desenvolvimento territorial, habitação, saneamento, mobilidade, gestão de riscos e meio ambiente nos 78 municípios capixabas. Destacou-se a existência de Planos Diretores Municipais desatualizados ou a ausência desses instrumentos em parte dos municípios, bem como a baixa presença, em determinados casos, da estrutura institucional mínima composta por plano, conselho e fundo nas políticas setoriais. A apresentação também abordou a necessidade de considerar a escala regional das políticas públicas, especialmente em relação às bacias hidrográficas, cujos limites não coincidem com as divisões político-administrativas dos municípios. Nesse sentido, ressaltou-se a necessidade de articulação intermunicipal para o enfrentamento de questões relacionadas ao saneamento, abastecimento de água e gestão dos recursos hídricos. Ao tratar dos desafios para a agenda estadual de política urbana, foram destacados temas como adaptação às mudanças climáticas, expansão imobiliária, impactos da reforma tributária sobre os municípios, potencial turístico sustentável, marco legal do saneamento, processos de privatização de serviços, loteamentos irregulares em áreas rurais e de transição urbano-rural, capacidade administrativa municipal, participação social na era digital e plataformização do trabalho. **Mariana Paim** propôs que o ConCidades/ES possa atuar como instância de mediação e articulação da agenda estadual de desenvolvimento urbano, promovendo a integração entre municípios e diferentes instituições e setores envolvidos na política urbana. Ao final da exposição, colocou-se à disposição para indicar especialistas por temática para futuras apresentações e atividades do Conselho. O Secretário-Geral **Marlos Lopes** agradeceu a apresentação e solicitou que os materiais utilizados fossem disponibilizados aos conselheiros. **Mariana Paim** confirmou que disponibilizará a apresentação e materiais complementares, incluindo links para estudos e pesquisas relacionados aos temas abordados. Durante os debates, a Conselheira **Liza Andréa dos Santos Silveira**, representante do Instituto Ubuntu, destacou a importância de contemplar os municípios de menor porte nas discussões sobre política urbana, relatando a realidade do município de Piúma, cuja população

2026-K37F7S - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 10:21 PÁGINA 3 / 9

flutuante pode alcançar aproximadamente 350 mil pessoas durante o verão, produzindo impactos significativos sobre a mobilidade, os serviços públicos e o desenvolvimento local. **Dayan Rosa**, representante do Instituto Afro Origem, relatou situação envolvendo um condomínio agroecológico localizado em Santa Leopoldina, denominado Fazenda Barão do Império, cuja comercialização teria ocorrido sem infraestrutura adequada de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Alertou para os riscos associados à utilização indiscriminada de poços artesianos e para os possíveis impactos sobre a segurança hídrica da Região Metropolitana da Grande Vitória. Também chamou atenção para a proliferação de condomínios sem fiscalização adequada nos municípios de Domingos Martins e Santa Teresa. A Conselheira **Sônia Glaci Mareth**, representante da UNMP/ES, destacou a importância do IJSN como fonte de informações e dados para o planejamento estadual e ressaltou os desafios contemporâneos relacionados à participação social. Defendeu a necessidade de capacitação dos conselheiros e de levantamento das ações, programas e políticas existentes nas esferas nacional e estadual, de modo a qualificar a atuação do Conselho. Após os debates, foi ressaltada a importância de que as informações apresentadas sejam utilizadas como subsídio para a construção de uma agenda estadual de política urbana e para a atuação integrada das Comissões Temáticas, considerando a transversalidade dos temas de habitação, saneamento ambiental, mobilidade urbana e planejamento e gestão territorial urbana. Na sequência, passou-se à discussão sobre a **reestruturação e o fortalecimento do Conselho Estadual das Cidades e de suas Comissões Temáticas**. O Vice-Presidente **Ivan Rocha** relembrou o processo de realização das conferências municipais e estadual das cidades e destacou a importância de que os resultados desses processos participativos sejam considerados, inclusive, nos processos de revisão dos Planos Diretores Municipais. Foram retomadas as quatro Comissões Temáticas constituídas na segunda Reunião Ordinária: **Habitação**, coordenada por Sônia Glaci Mareth (UNMP/ES); **Saneamento Ambiental**, coordenada por Fábio Giori Smarçaro (SINDAEMA); **Mobilidade Urbana**, coordenada por Jardel Silva dos Santos (Cidade Para Todos); e **Planejamento e Gestão Territorial Urbana**, coordenada por Ana Paula Santos (MNLM), conforme deliberação anteriormente registrada. A eleição dos coordenadores consta da Ata da 2ª Reunião Ordinária. A Conselheira **Sônia Glaci Mareth** defendeu que a prioridade inicial deveria ser a estruturação institucional do próprio Conselho, antes do aprofundamento das atividades das Comissões Temáticas. Nesse sentido, destacou a necessidade de designação de um Secretário Executivo permanente, dedicado exclusivamente ao Conselho, bem como de disponibilização de espaço físico adequado para reuniões e atividades do colegiado. O Conselheiro **Fábio Giori Smarçaro** destacou a necessidade de que a composição e o funcionamento das Comissões Temáticas sejam

2026-K37F7S - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 10:21 PÁGINA 4 / 9

construídos de forma coletiva, com a participação de especialistas e do corpo técnico da Secretaria. Sugeriu a revisão do Regimento Interno, a definição de calendário próprio de reuniões das Comissões e a busca de parcerias com instituições acadêmicas e outros atores institucionais. Propôs, ainda, que cada Comissão Temática conte com pelo menos um profissional técnico da Secretaria como apoio permanente. O Conselheiro **Jardel Silva dos Santos** reforçou a necessidade de integração entre as Comissões Temáticas e destacou a importância da produção e utilização de dados integrados para a análise da mobilidade urbana intermunicipal. Também sugeriu a criação de grupos de comunicação instantânea para facilitar a articulação dos integrantes de cada Comissão Temática. O Secretário-Geral **Marlos Lopes** esclareceu que o Regimento Interno admite a participação de especialistas e entidades convidadas nas Comissões Temáticas, sem direito a voto nas deliberações do Plenário. Informou, ainda, que o Espírito Santo foi selecionado como projeto piloto para a criação do espaço do Conselho das Cidades na plataforma **Redus**, cuja disponibilização ocorreria após o encerramento do período de defeso eleitoral. Na sequência, foi iniciada a distribuição dos conselheiros entre as quatro Comissões Temáticas, considerando a afinidade dos participantes com os respectivos eixos de atuação. Como distribuição inicial, foram registradas manifestações de interesse para as seguintes Comissões: Planejamento e Gestão Territorial Urbana, com participação indicada de Ivan Rocha, Myrion Fachetti e outros conselheiros; Habitação, com Sônia Mareth, Márcia Bertaso e outros; Saneamento Ambiental, com Fábio Smarçaro, Dayan Rosa, Bruno Roberto de Carvalho Gomes e Márcia Waleria Bertaso; e Mobilidade Urbana, com Jardel Silva dos Santos, Elionice Ferreira Fagundes, Renato Pazito Silva, Liza Andréa dos Santos Silveira e Peterson da Silva Esteves. Mariana Paim Rodrigues manifestou interesse em contribuir com as Comissões relacionadas a Desenvolvimento Territorial, Habitação e Saneamento, considerando sua área de atuação e a temática da apresentação realizada. Ficou estabelecido que a distribuição apresentada na reunião possui caráter inicial, devendo ser encaminhada comunicação aos conselheiros que não participaram da reunião para que também possam indicar suas preferências. A composição definitiva deverá buscar equilíbrio numérico entre as Comissões e observar as disposições do Regimento Interno. Foi ressaltado, ainda, que as Comissões Temáticas constituem espaços de discussão e proposição, devendo suas manifestações e propostas ser submetidas ao Plenário do Conselho para apreciação e eventual deliberação, conforme as competências regimentais. Na sequência, passou-se à discussão específica sobre a **necessidade de estruturação formal do Conselho Estadual das Cidades junto à SEDURB**. A Conselheira **Sônia Glaci Mareth** propôs a elaboração de ofício dirigido ao Secretário de Estado, solicitando a disponibilização de Secretário Executivo dedicado exclusivamente ao Conselho,

2026-K37F7S - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 10:21 PÁGINA 5 / 9

bem como espaço físico adequado para a realização das reuniões e atividades. Relatou, como referência, experiência do Conselho Municipal de Habitação de Vila Velha, no qual demandas institucionais foram formalizadas por meio de ofícios subscritos pelos conselheiros. A Conselheira **Liza Andréa dos Santos Silveira** sugeriu que a demanda fosse registrada na própria ata da reunião e formalizada também mediante ofício ao Secretário de Estado. O Conselheiro **Fábio Giori Smarçaro** reforçou a necessidade de dedicação exclusiva do Secretário Executivo às atividades do Conselho e destacou a importância de que cada Comissão Temática conte com pelo menos um profissional técnico da Secretaria como apoio permanente. O Secretário-Geral **Marlos Lopes** informou que atualmente acumula as atribuições relacionadas ao Conselho com outras funções no âmbito da Secretaria, reconhecendo que a disponibilização de servidor dedicado exclusivamente às atividades do ConCidades/ES contribuiria para o fortalecimento e a continuidade dos trabalhos. Como encaminhamento, propôs que os coordenadores das Comissões Temáticas, juntamente com Dayan Rosa, elaborassem minuta de ofício a ser submetida à apreciação e assinatura dos conselheiros. Após as manifestações, ficou **deliberada a elaboração de ofício dirigido ao Secretário de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano**, solicitando a estruturação adequada do Conselho Estadual das Cidades, incluindo a disponibilização de Secretário Executivo dedicado exclusivamente ao colegiado, espaço físico adequado e apoio técnico permanente às Comissões Temáticas. Ficou definido que o documento será submetido posteriormente à assinatura dos conselheiros. Nos informes gerais, o Secretário-Geral **Marlos Lopes** informou que a Ata da segunda Reunião Ordinária seria disponibilizada para assinatura a partir do dia seguinte à reunião, orientando os conselheiros quanto à necessidade de observância do prazo estabelecido para assinatura. Informou, ainda, que, a partir daquela reunião, os conselheiros passariam a assinar os documentos na condição de integrantes do Conselho Estadual das Cidades, e não mais como cidadãos comuns no sistema utilizado para tramitação e assinatura dos documentos. Foi também registrada a necessidade de atualização do site institucional da SEDURB com a documentação do ConCidades/ES, incluindo Regimento Interno, atas e resoluções. O Secretário-Geral **Marlos Lopes** informou que encaminharia nova solicitação à Assessoria de Comunicação da Secretaria para providenciar a disponibilização dos documentos. Na oportunidade, foi informado que o Espírito Santo foi selecionado como projeto piloto para a criação de espaço dos Conselhos das Cidades na plataforma Redus, iniciativa que deverá contribuir para a organização e divulgação das atividades do Conselho, ficando sua disponibilização condicionada ao encerramento do período de defeso eleitoral. O Vice-Presidente **Ivan Rocha** também convidou os conselheiros para participação na **Semana Centro Vivo 2026**, organizada pela Amacentro, CAU/ES

2026-K37F7S - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 10:21 PÁGINA 6 / 9

e IAB/ES, em parceria com o IJSN, cuja programação contemplará temas relacionados ao patrimônio cultural, acesso à cidade, habitação e aos 25 anos do Estatuto da Cidade. Informou que Mariana Paim e o próprio Secretário-Geral Marlos Lopes participariam das atividades previstas para o dia seguinte.

Ao final dos trabalhos, foram consolidados os seguintes encaminhamentos: **I –** disponibilizar a Ata da segunda Reunião Ordinária para assinatura dos conselheiros por meio do sistema oficial utilizado pelo Conselho; **II –** encaminhar comunicação aos conselheiros e conselheiras que não participaram da reunião para que manifestem sua preferência de participação nas Comissões Temáticas, buscando-se equilíbrio na distribuição dos integrantes; **III –** encaminhar nova solicitação à Assessoria de Comunicação da SEDURB para disponibilização, no site institucional, da documentação do ConCidades/ES, incluindo Regimento Interno, atas e resoluções; **IV –** providenciar o acesso dos conselheiros ao sistema de tramitação e assinatura de documentos na condição de integrantes do Conselho Estadual das Cidades; **V –** apoiar a elaboração e posterior coleta de assinaturas do ofício dirigido ao Secretário de Estado, solicitando a estruturação adequada do Conselho, com Secretário Executivo dedicado exclusivamente ao colegiado, espaço físico e apoio técnico permanente às Comissões Temáticas; **VI –** reenviar aos conselheiros, no grupo de comunicação do Conselho, a programação da Semana Centro Vivo 2026; **VII –** disponibilizar aos conselheiros o material da apresentação realizada por Mariana Paim Rodrigues, incluindo a apresentação utilizada e links para estudos e informações complementares; **VIII –** aos coordenadores das Comissões Temáticas e Dayan Rosa, elaborar proposta de ofício ao Secretário de Estado da SEDURB, contemplando as demandas de estruturação institucional deliberadas na reunião; **IX –** aos coordenadores das Comissões Temáticas, promover a articulação interna dos respectivos grupos, inclusive mediante criação de grupos de comunicação, após a definição da composição definitiva; **X –** aos coordenadores das Comissões Temáticas, propor calendário de reuniões dos respectivos colegiados; **XI –** aos conselheiros que ainda não tenham indicado sua preferência, manifestar interesse em participar de uma das Comissões Temáticas, de modo a possibilitar a consolidação da composição dos grupos; e **XII –** manter a articulação entre as Comissões Temáticas, considerando a transversalidade dos temas de habitação, saneamento ambiental, mobilidade urbana e planejamento e gestão territorial urbana. Por fim, foi registrada a importância de que o Conselho Estadual das Cidades avance simultaneamente no fortalecimento de sua estrutura institucional e na qualificação de sua atuação temática, utilizando as informações e diagnósticos produzidos por instituições como o IJSN e promovendo maior integração entre os municípios, órgãos públicos, entidades da sociedade civil, instituições acadêmicas e demais atores relacionados à política urbana estadual. Ficou igualmente ressaltada a necessidade de

2026-K37F7S - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 10:21 PÁGINA 7 / 9

fortalecer os mecanismos de participação social e de assegurar que as discussões e propostas produzidas no âmbito do Conselho possam contribuir para a formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas urbanas no Estado do Espírito Santo. A próxima Reunião Ordinária do Conselho Estadual das Cidades – ConCidades/ES ficou prevista para o dia **21 de outubro de 2026**, conforme calendário aprovado pelo Conselho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezessete horas. Eu, Marlos Régis de Araujo Lopes, Secretário-Geral do Conselho Estadual das Cidades – ConCidades/ES, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo Presidente e pelas(os) conselheiras(os) presentes. Vitória/ES, 19 de agosto de 2026.

2026-K37F7S - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 04/11/2026 10:21 PÁGINA 8 / 9

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

MARLOS REGIS DE ARAUJO LOPES
ANALISTA DO EXECUTIVO
SEDURB - SEDURB - GOVES
assinado em 22/10/2026 14:16:37 -03:00

MARCOS AURELIO SOARES DA SILVA
SECRETARIO DE ESTADO
SEDURB - SEDURB - GOVES
assinado em 22/10/2026 14:39:46 -03:00

IVAN LAZARO DE OLIVEIRA ROCHA
VICE-PRESIDENTE DO CONCIDADES-ES
SEDURB - GOVES
assinado em 22/10/2026 16:21:22 -03:00

ELIONICE FERREIRA FAGUNDE CAPISTRANO
ASSESSOR ESPECIAL NIVEL IV QCE-03
GABSEC - SEDH - GOVES
assinado em 03/11/2026 10:37:53 -03:00

RENATO PAZITO SILVA
GERENTE QCE-03
GPPDC - SEDH - GOVES
assinado em 27/10/2026 15:36:02 -03:00

JOSÉ EDUARDO DE SOUZA OLIVEIRA
DIRETOR DE GESTÃO DE RODOVIAS
DGR - CETURB - GOVES
assinado em 22/10/2026 14:18:38 -03:00

BRUNO ROBERTO DE CARVALHO GOMES
CIDADÃO
assinado em 22/10/2026 14:59:48 -03:00

LUIZ GONZAGA PIMENTEL FRAGA JUNIOR
CIDADÃO
assinado em 28/10/2026 14:01:27 -03:00

JARDEL SILVA DOS SANTOS
CIDADÃO
assinado em 23/10/2026 11:04:18 -03:00

LIZA ANDRÉA DOS SANTOS SILVEIRA
CIDADÃO
assinado em 22/10/2026 16:54:32 -03:00

PETERSON DA SILVA ESTEVES
CIDADÃO
assinado em 22/10/2026 15:07:02 -03:00

SONIA GLACI MARETH
CIDADÃO
assinado em 23/10/2026 10:04:43 -03:00

MYRION SYRRAH FACHETTI
CIDADÃO
assinado em 22/10/2026 14:31:46 -03:00

MÁRCIA WALÉRIA BERTASO MORAES
CIDADÃO
assinado em 22/10/2026 17:17:05 -03:00

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO
Documento capturado em 04/11/2026 10:21:21 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MARLOS REGIS DE ARAUJO LOPES (ANALISTA DO EXECUTIVO - SEDURB - SEDURB - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2026-K37F7S